



Câmara Municipal de
Maracanaú

**GABINETE DA VEREADORA AMANDA RODRIGUES
EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MARACANAÚ.**

PROJETO DE LEI Nº 216 /2025

Dispõe sobre o direito à matrícula e/ou à transferência de matrícula dos dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica nas escolas da Rede Pública e Privadas Municipais de Ensino em Maracanaú, em caso de mudança de endereço, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ APROVA.

Art. 1º - Fica garantido o direito à **matrícula imediata** e/ou à **transferência de matrícula** dos filhos ou dependentes legais de mulheres vítimas de violência doméstica, nas unidades da Rede Pública e Privadas Municipais de Ensino, independentemente da existência de vaga na escola de destino, no caso de mudança de endereço decorrente da situação de violência.

Art. 2º - Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Mulher vítima de violência doméstica: aquela que esteja em situação comprovada por boletim de ocorrência, medida protetiva de urgência, relatório de atendimento psicossocial ou encaminhamento por órgão competente;

II – Dependente: filho, enteado ou outro menor legalmente sob a guarda da mulher vítima, que esteja em idade escolar obrigatória ou em etapa da educação básica.

Art. 3º - A matrícula ou transferência deverá ser solicitada pela mãe, responsável legal ou por seu representante legal, mediante apresentação



Câmara Municipal de
Maracanaú

da documentação comprobatória da situação de violência e dos documentos pessoais e escolares do aluno, quando disponíveis.

§1º. – Na ausência de documentação escolar, a unidade de ensino deverá providenciar, em caráter excepcional, a matrícula e posterior regularização da situação junto à unidade de origem.

§ 2º. – A rede pública municipal e privada de ensino deverá assegurar, quando necessário, apoio psicossocial à criança ou adolescente transferido, bem como orientação e acolhimento à mãe ou responsável.

Art. 4º - A Secretaria de Educação ou outra secretaria competente deverá garantir o sigilo das informações relativas à situação da vítima e de seus dependentes, zelando pela proteção integral da família.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Wilson Camurça da Câmara Municipal de Maracanaú, em 04 de agosto de 2025.

AMANDA OLIVEIRA
RODRIGUES
PORTELA:026478643

22

Amanda Oliveira Rodrigues Portela
Vereadora



Assinado digitalmente por AMANDA OLIVEIRA
RODRIGUES PORTELA:02647864322
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=
00679163000142, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(em branco), CN=
AMANDA OLIVEIRA RODRIGUES PORTELA:02647864322
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2025.08.05 14:33:26-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0



Câmara Municipal de
Maracanaú

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo assegurar o direito à **educação com proteção e continuidade** aos filhos e dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica, que, em decorrência dessa situação, necessitam mudar de endereço de forma abrupta e, muitas vezes, emergencial.

A violência doméstica impõe, além de dor física e emocional, **profundas rupturas na rotina familiar**, forçando a mulher e seus filhos a deixarem suas residências em busca de segurança. Essa mudança repentina de domicílio, freqüentemente para outras regiões do município ou para locais protegidos, como casas de abrigo, pode comprometer a permanência das crianças e adolescentes na escola, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade.

A proposta visa **remover barreiras burocráticas** que dificultam ou inviabilizam a matrícula ou transferência escolar desses dependentes, garantindo o direito constitucional à educação (art. 205 da Constituição Federal), à proteção integral da criança e do adolescente (art. 227 da CF e art. 4º do ECA) e à dignidade da mulher em situação de violência (nos termos da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006).

É dever do poder público criar mecanismos de acolhimento e de proteção às vítimas de violência doméstica, o que inclui medidas que assegurem a **continuidade do vínculo educacional** dos filhos e dependentes, de forma segura e eficiente. Este projeto também reforça o papel da escola como **instrumento de proteção social e rede de apoio** a famílias em situação de risco.

Por fim, destaca-se que a iniciativa encontra respaldo em boas práticas adotadas por diversos municípios e estados do país, alinhando-se às diretrizes nacionais de enfrentamento à violência de gênero e à promoção dos direitos das crianças e adolescentes.



**Câmara Municipal de
Maracanaú**

Diante da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, certos de que ele representa um avanço importante no reconhecimento e valorização educacional e humanitária de Maracanaú.

**AMANDA OLIVEIRA
RODRIGUES
PORTELA:0264786
4322**

Assinado digitalmente por AMANDA OLIVEIRA
RODRIGUES PORTELA:02647864322
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Presencial, OU=
00679163000142, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=(em branco),
CN=AMANDA OLIVEIRA RODRIGUES
PORTELA:02647864322
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.08.05 14:33:58 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**Amanda Oliveira Rodrigues Portela
Vereadora**

